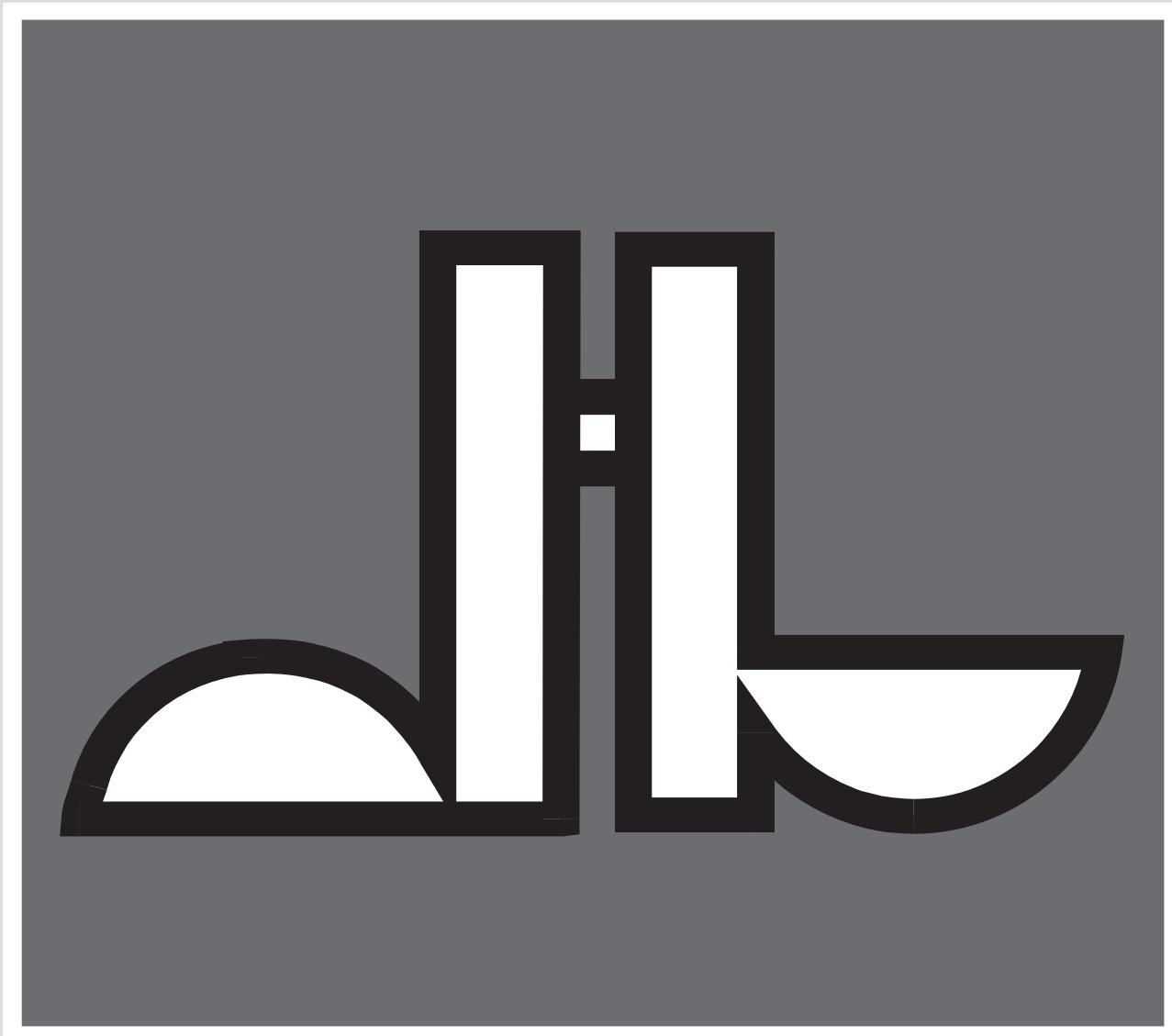




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXII - Nº 011 - QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

2º Vice-Presidente

Senador **ÁLVARO DIAS** – PSDB – PR

1º Secretário

Deputado **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

2º Secretário

Senador **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

3º Secretário

Deputado **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

4º Secretário

Senador **MAGNO MALTA** – PR – ES

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 10ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 28 DE NOVEMBRO DE 2007		
1.1 – ABERTURA		
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO		
Comemoração do Dia Internacional para Eliminação da violência contra a Mulher.	2718	
1.2.2 – Fala da Presidência (Deputado Nárcio Rodrigues)		
1.2.3 – Oradores		
Deputada Rita Camata	2718	
Senadora Serlys Slhessarenko	2721	
Deputada Rebecca Garcia.....	2723	
Deputada Fátima Bezerra	2724	
Deputado Arlindo Chinaglia	2726	
Deputada Nilmar Ruiz.....	2726	
Senadora Marisa Serrano.....	2727	
Senadora Roseana Sarney.....	2728	
Deputada Jô Moraes.....	2729	
Senadora Lúcia Vânia	2730	
Deputada Íris de Araújo		2731
Deputada Janete Rocha Pietá		2732
Deputado Neilton Mulim.....		2733
Deputado Dr. Paulo César		2734
Deputada Gorete Pereira.....		2735
Deputado Vicentinho.....		2735
Deputado Neilton Mulim (nos termos do art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal) ...		2736
1.3 – ENCERRAMENTO		
		<u>CONGRESSO NACIONAL</u>
2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL		
3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL		
5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)		

Ata da 10ª Sessão Conjunta (Solene), em 28 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Narcio Rodrigues

(Inicia-se a sessão às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Vamos ouvir agora a música “Maria da Penha”, de autoria de Paulinho Rezende e Evandro, interpretada pela cantora Di Ribeiro, acompanhada pelo violinista Wagner de Wilton.

(Procede-se à apresentação musical.)

A SRA. DI RIBEIRO – É um prazer poder participar desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Queremos agradecer a Di Ribeiro e Wagner de Wilton pelo número musical que apresentaram e que deu um colorido todo especial a esta sessão.

A Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, foi sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre as várias mudanças promovidas pela lei está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher, quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar.

A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, portanto, há pouco mais de um ano. Já no dia seguinte, o primeiro agressor foi preso no Rio de Janeiro, após tentar estrangular a ex-esposa.

O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que foi agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la. Na primeira, com arma de fogo, deixando-a paraplégica; e, na segunda, por eletrocuação e afogamento. O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado.

A lei altera o Código Penal Brasileiro e possibilita que agressores de mulheres, no âmbito doméstico ou familiar, sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Esses agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas.

A legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos.

A nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e de filhos.

Aqui, na Câmara dos Deputados, essa lei foi relatada pela ex-Deputada Jandira Feghali, na Comissão de Seguridade Social e Família; pela ex-Deputada e hoje Governadora do Rio Grande do Sul Yeda Crusius, na Comissão de Finanças e Tributação; pela Deputada Iriny Lopes, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; pela Deputada Luiza Erundina, que proferiu parecer na Comissão de Finanças e Tributação e, no Senado, pela Senadora Lúcia Vânia, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A importância desta solenidade, portanto, para o Congresso Nacional se explicita neste momento em que vivemos uma grave discussão sobre a questão do aumento da violência contra a mulher com esse episódio que escandaliza o País e que já resultou na formação de uma comissão externa da Câmara dos Deputados. Integrada pela Deputada Luíza Erundina, entre tantos outros parlamentares, essa comissão se desloca nesse momento até o Estado do Pará para o acompanhamento do recente caso da jovem que foi submetida à convivência com presos.

Queremos também destacar o papel da Senadora Serys Slhessarenko, que tem atuado no Senado com muita ênfase em relação ao tema.

Queremos registrar a presença de Laisy Morièrê Cândida Assunção, Assessora Especial da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e que representa aqui a Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Gostaríamos de convidar a Drª Laisy que viesse formar a Mesa dos trabalhos conosco.

Agradecendo a participação de todas e de todos presentes, passamos a palavra aos oradores inscritos para esta sessão solene.

Concedo a palavra à nobre Deputada Rita Camata, que falará nesta solenidade em nome da Câmara dos Deputados.

A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Deputado Narcio Rodrigues, do Congresso Nacional, desta sessão solene; Senadora Serys, companheira e coordenadora da Bancada feminina no Senado e também companheira requerente desta audiência; Ministra Elizabeth, do Tribunal Militar, a quem manifesto a alegria de tê-la como única mulher também desbravando mais uma frente em nome das mulheres brasileiras; companheiras de bancada; Deputadas; Senadores; Deputados presentes; ilustríssimas convidadas e ilustríssimos convidados presentes, todos os anos nos reunimos neste plenário para homenagear datas significativas. O motivo da sessão de hoje é comemorar o dia 25 de novembro, Dia Internacional de Não-Violência contra as Mulheres. Para muitos, trata-se de uma formalidade, um mero encontro, mais uma sessão em que discursam sobre o tema várias parlamentares. Considero, no entanto, que este momento é simbólico nesta luta e reforça nosso compromisso na defesa de uma sociedade em que não mais se admite qualquer tipo de violência. Foi com esse objetivo que apresentamos o requerimento para a realização da presente sessão solene. Estamos aqui para, uma vez mais, refletir sobre as desigualdades que culminam no ato violento e assumir nossa obrigação, enquanto legisladores, de contribuir para alterar essa realidade.

O fenômeno da violência contra a mulher sempre existiu. Ao fazermos uma retrospectiva histórica, verificamos a impossibilidade de essa violência se caracterizar como tal em momentos nos quais a mulher era considerada inferior e subjugada às vontades masculinas. Sendo objeto de posse, qualquer ato de violência contra elas seria considerado natural, algo que se prestaria ao serviço da manutenção do poder patriarcal.

Com o movimento feminista, a situação da mulher passa a ter outra dimensão. Se hoje a participação das mulheres nas decisões cotidianas e o desafio de terem o destino em suas próprias mãos se nos apresentam como direitos universais, devemos lembrar que nem sempre foi assim. O questionamento à posição inferior proporcionou o debate, e vitórias históricas foram registradas.

Em 2006 um passo importante dessa luta foi a sanção da Lei Maria da Penha, e o combate à violência doméstica contra a mulher passou a ser uma prioridade do Estado. A nova lei foi fruto de um longo processo iniciado em 2002, quando o movimento de mulheres instituiu um consórcio para elaborar uma proposta. A partir daquela mobilização, o Poder Executivo criou um grupo de trabalho para tratar do tema e, em 2004, a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, encaminhou ao Congresso Nacional o resultado do trabalho na forma de projeto de lei.

A mentalidade, no entanto, se altera em ritmo bastante lento, e a lógica da submissão mantém seus resquícios e pode ser observada diariamente. Não nos faltam exemplos de que ainda temos um longo caminho pela frente. O primeiro veio de uma sentença elaborada por um juiz – aqui digo isso com muita tristeza – que considera a Lei Maria da Penha “um monstro tinhoso” – assim disse o juiz – e um “conjunto de regras diabólicas” que vai contra um mundo que é e deve continuar sendo masculino ou de “prevalência masculina”.

O juiz defende que a desgraça humana começou com a mulher, ainda no Jardim do Éden.

Nos tempos de hoje, ouvir de quem tem o dever de fazer com que a justiça respeite o direito das pessoas como seres humanos uma afirmação dessas é lamentável!

E a bancada feminina teve uma postura firme, vigorosa no sentido de dar o nosso testemunho da indignação por essa postura arcaica, atrasada, retrógrada, condenável por toda a sociedade, quanto mais quem tem a envergadura de ocupar uma função de juiz.

No dito “caso de amor”, que acabou em tragédia em Praia Grande, onde o *motoboy* desempregado, de 23 anos, matou a ex-noiva, de 18, após mantê-la refém por mais de doze horas, a vítima já havia sido ameaçada meses antes pelo ex-noivo que não admitia o fim do relacionamento, mas a denúncia foi arquivada em razão da declaração da denunciante negando ameaça.

Não menos lamentável, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Convidados, é o episódio que estamos vivendo, hoje, na mídia e nesta Casa. E, ainda, aqui, aproveito para justificar a ausência de várias companheiras da bancada, que se deslocaram numa comissão especial, representando o Congresso Nacional, para o Estado do Pará, para acompanhar de perto o lamentável episódio, que trouxe a público, à tona, a situação vil a que uma adolescente de 15 anos foi submetida: ficou mais de 30 dias em uma delegacia com mais de vinte animais – homens que são tratados como animais pela sociedade e pelo sistema carcerário do nosso País.

Essa criança foi submetida à privação de alimentação para submeter-se aos agrados, caprichos sexuais. Essa criança teve seus cabelos cortados por um facão para parecer um garoto.

Eu acho que é um momento de grande reflexão. E, quando autoridades são convocadas a se manifestarem sobre o episódio, um infeliz de um profissional, responsável pela área de segurança no Estado do Pará, tem a desfaçatez de dizer que a menina parece ser débil mental. Eu aqui, na indignação de mulher, de mãe, de filha, de Deputada e de cidadã brasileira, gostaria de indagar a esse delegado se uma pessoa que tem

problemas mentais não merece ainda mais respeito das autoridades do Estado constituído. Sendo um homem, uma mulher, menor de idade ou maior de idade, não é isso que nós esperamos da custódia do Estado. Quando uma pessoa está aos cuidados do Poder Público, ela merece respeito como ser humano.

E aí trago uma reflexão: quantos meninos e quantos homens também são violentados nesse sistema condenado carcerário que existe no nosso País? É uma realidade perversa, desumana, que em nada reeduca, que em nada traduz o sentimento do século XXI, do respeito, da inclusão social, do fim das desigualdades, do respeito à questão de gênero.

Considero extremamente relevante para este debate a questão do empoderamento das mulheres. Trata-se também de uma violência a forma como espaços são tão restritos pelo simples fato de sermos mulheres. Ainda hoje mecanismos são constantemente utilizados para impedir que a participação política das mulheres se dê de forma representativa e eqüitativa à sociedade brasileira.

Somos mais da metade da população e, na Câmara dos Deputados, não chegamos a 10% do total de Deputados. No Senado, são dez Senadoras e 71 Senadores. O Parlamento do Mercosul, uma entidade nova que propõe falar por todos os países dessa região, já inicia com vício. Aqui do Congresso Nacional nós temos dezoito titulares e dezoito suplentes. Nós continuamos insistindo na desigualdade. Nós temos como representantes do Parlamento do Mercosul, num universo de dezoito, apenas uma Senadora, que é a Senadora Marisa Serrano, e a nossa companheira Iris de Araújo como suplente.

Perpetuamos a desigualdade no processo da representatividade do nosso País.

Nas Assembléias Legislativas não é diferente. Em 2006 foram eleitas 123 Deputadas, num universo de 1059 parlamentares eleitos. Se olharmos também para as Câmaras Municipais, nós temos uma representatividade de 12% de mulheres. Nas Prefeituras são 418 Prefeitas num universo de 5.146 Prefeitos. Nos 27 Estados, temos apenas três Governadoras eleitas.

A lei eleitoral estabelece a cota de 30% para o sexo feminino, mas a verdade é que muitos partidos alegam que a falta de interesse das mulheres em participar da vida pública, de colocar seu trabalho à disposição do processo eleitoral, é que impede que se preencha a cota dos 30%. Mal sabem eles da nossa dificuldade, o quanto é desafiante uma mulher, com suas várias jornadas, participar de um processo eleitoral sem financiamento público. Aliás, a falta de perspectiva de um financiamento público para participar do

processo eleitoral é um outro gargalo imenso para as mulheres brasileiras.

Mas quero aqui também comemorar: recentemente o Procurador Regional Eleitoral do Tribunal do Rio de Janeiro Dr. Rogério Soares do Nascimento deu um parecer recomendando a impugnação na eleição de 2008 das chapas de legendas que não cumprirem a Lei de Cotas. Quero saudar essa decisão, mas devemos cobrar para que ela não seja apenas motivo de esperança, mas certeza do cumprimento da lei que estabelece que 30% das vagas de cada partido caberão às mulheres na eleição do próximo ano para vereadores e prefeitos.

Quero saudar a justa e oportuna decisão, mas também manifestar certo pessimismo em relação ao seu cumprimento. Todas que aqui chegamos sabemos das dificuldades que enfrentamos e como este Congresso está sub-representado no que diz respeito à parcela da população que hoje corresponde a mais da metade dos eleitores brasileiros.

Em 2007 comemoramos um ano da vigência da Lei Maria da Penha e onze anos da Lei de Cotas. Foram, sem dúvida, marcos na vida das mulheres, mas o que efetivamente mudou com as novas leis? É importante que façamos essa reflexão e essa avaliação não só para o exercício do mandato representativo que temos, mas para a formulação de políticas públicas que permitam assegurar, de fato, a emancipação definitiva de todas as mulheres do nosso País.

Muito temos que comemorar, mas muito temos por fazer. A violência doméstica contra a mulher, que tem reflexos na sub-representação parlamentar, é uma mácula a ser superada. As leis foram uma grande conquista, mas clamam por um esforço conjunto para que saiam efetivamente do papel. É necessário um esforço na promoção de políticas públicas voltadas para o combate de todo tipo de desigualdade; um esforço na direção da necessária mudança de mentalidade para que esses tipos de agressão não mais se justifiquem; um esforço para transformar a lei em um instrumento acessível a todas as mulheres brasileiras.

Eram essas as colocações que queria fazer.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko. Seja muito bem-vinda.

Enquanto a Senadora se desloca para a tribuna, gostaria de registrar a presença entre nós da Drª Maria Elizabeth Rocha, Ministra do Superior Tribunal Militar; de Gianna Sagazio, responsável pelo tema Gênero no PNUD; da Exmª Srª Sara Pereira, Embaixatriz de Cabo Verde; da Exmª Srª Ana Chow, Embaixatriz de

Taiwan; e da Exm^a Sr^a Rachel Muchanga, Embaixatriz da Zâmbia no Brasil.

Passamos a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT) – MT.Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^a Laisy, representante da Secretaria Especial de Políticas Públicas, da nossa Ministra Nilcéa, nossas Deputadas que compõem a Mesa, Fátima e Iris, em nome da Deputada Rita Camata, quero saudar todas as senhoras Deputadas e Deputados aqui presentes e saudar também a nossa querida Ministra Elizabeth Rocha, Ministra que nos engrandece e está sempre presente em todas as lutas, especialmente na luta pelos direitos da mulher, as Embaixatrizes de Taiwan, Cabo Verde e Zâmbia, que nos honram muito com sua presença, a nossa querida Senadora Fátima Cleide, a Sr^a representante do PNUD, enfim, todos, especialmente os senhores e as senhoras, pessoas que vieram aqui no dia de hoje – é isto que nos engrandece: a sociedade vindo para dentro do Parlamento.

Estou buscando forças para registrar aqui o que aconteceu esta noite: foram assassinados três colegas meus da Universidade Federal de Mato Grosso – certamente um crime de mando, pois tinham acabado de protocolar uma ação na Justiça –, a Pró-Reitora Soraiha e os professores Alessandro e Luiz Mauro.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Deputados, Sr^a Senadora, estamos aqui hoje, em sessão solene envolvendo as duas Casas do Congresso Nacional, não para comemorar, mas para gritar muito alto, até para esbravejar.

Hoje estamos aqui lembrando o Dia Internacional pela Não-Violência contra a Mulher, dia lembrado em 135 países do mundo. Neste dia, apesar de a Deputada Rita Camata já ter falado bastante da questão aqui, tenho, necessariamente, de me manifestar sobre esse absurdo inaceitável, esse crime de que nosso País tomou conhecimento há dez dias, o lamentável episódio envolvendo uma menina do Estado do Pará.

Queria deixar a seguinte pergunta: será que atos de barbárie, como o cometido contra essa menina, acontecem apenas há dez dias? Ou apenas há dez dias esse ato está tendo repercussão através dos meios de comunicação?

Temos notícias de que isso está acontecendo em vários Estados do Brasil, não se restringe ao Pará. Inclusive, comissão da Câmara sob a liderança da nossa querida Deputada Erundina já está lá no Pará.

O Senado também já tem um requerimento, de nossa autoria, assinado por vários outros Senadores e Senadoras, pedindo uma avaliação do sistema car-

cerário feminino no Brasil como um todo, porque essa questão não é restrita ao Pará – já tenho denúncias de mais de seis Estados.

Queria saudar os prefeitos aqui presentes. Acabo de ver um prefeito do meu Estado de Mato Grosso.

Por isso, precisamos mostrar o que está acontecendo no País – eis aí a importância imprensa. Este plenário deveria estar cheio, lotado de jornalistas, porque o importante é dar visibilidade ao País do que está acontecendo e do que pode e deve ser feito em prol do extermínio da discriminação e da violência contra a mulher. Infelizmente, essa visibilidade ainda não tem o tamanho que precisa ter. E acredito que só tendo visibilidade, ou seja, a sociedade como um todo visualizando a realidade do que acontece com a mulher brasileira, vamos poder superar esse problema, porque só quem conhece e comprehende uma realidade é capaz de transformá-la.

Queria dizer, e já noticiei aqui, que também foi criada uma comissão pelo Senado para avaliar a situação do sistema carcerário feminino e, é óbvio, acompanhar muito de perto a situação do Pará, pois as investigações têm que chegar às últimas consequências, quais sejam, as punições daqueles que fizeram esses atos de barbárie, porque são criminosos. Isso é crime. Tem nome: é crime! Não basta só acompanhar, mas também – e mais importante – é que a nossa própria Governadora Ana Júlia tome atitudes para que essas questões não aconteçam mais. E isso não acontece só no Pará, também há denúncias no Rio de Janeiro, a Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, e com certeza em todos os Estados.

Em 135 países, no último dia 25, iniciou-se a *Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres* – aqui no Brasil são mais de dezesseis dias, são 21 dias, porque iniciamos no dia 20, com o *Dia da Consciência Negra* e está acontecendo sob o slogan “Exija seus direitos. Está na Lei. Lei Maria da Penha” –, que tem o apoio da Organização das Nações Unidas e a participação de inúmeras organizações não-governamentais. E, aqui, em nome da Agende, gostaria de saudar todas as organizações não-governamentais. Este ano o objetivo dos dezesseis dias é chamar a atenção para a Lei Maria da Penha, alertando sobre a violência doméstica e familiar sofrida por mulheres.

A luta contra esse tipo de crime é um marco na consolidação dos direitos civis das mulheres brasileiras e deve ser instrumento de sua efetiva proteção. Toda é qualquer pessoa é responsável por essa Lei e deve divulgá-la em qualquer lugar onde houver violência, diz Maria da Penha. Esse é o propósito da movimentação deste ano. E eu diria mais: no nosso País, há leis que

não pegam e leis que pegam. A Lei Maria da Penha já pegou, e isso eu digo porque exige mudança de mentalidade, Amini. À você, que é tão jovem, tão bela e tão participante de tantas lutas, eu diria que só com a mudança de mentalidade podemos reverter essa situação. São as nossas crianças ouvindo dentro de casa a discussão da Maria da Penha, principalmente pelos meios de comunicação, porque é o nosso menininho, dentro de casa, que precisa começar a mudar, porque se ele vê um homem empurrar uma mulher, seja o companheiro da sua mãe ou o seu pai ou o seu irmão mais velho, bater ou fazer qualquer outro tipo de brutalidade, mesmo humilhá-la por palavras, pressões psicológicas etc., ele vai achar que isso é natural e que poderá continuar fazendo isso quando crescer. E essa questão não vai ter fim.

Senhoras e senhores, o Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres não é um dia para ser comemorado, apenas lamentado, pois não nos dá nenhuma alegria ter uma data para esse tipo de tema. Seria tão bom se não a tivéssemos! Não existindo violência contra a mulher, para que um dia internacional de combate à violência contra a mulher?

No dia 1º de dezembro, é o Dia Mundial de Combate à AIDS.

No dia 6 de dezembro, relembra-se o massacre de mulheres em Montreal, Canadá, no qual 14 estudantes – não faz muito tempo, foi em 1989 – da Escola Politécnica de Montreal foram assassinadas porque eram mulheres e estavam cursando o curso de Engenharia. Uma pessoa entrou na sala, mandou os homens saírem e metralhou as 14 mulheres porque Engenharia não era profissão de mulher. A partir daí, surgiu a *Campanha do Laço Branco* e o *Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, quando os homens do Canadá passaram a usar – e os homens do Brasil, com certeza, vão passar a usar também – um pequeno laço branco no seu peito, dizendo: eu sou contra a violência cometida contra as mulheres.

Temos que ter atos, ações e dar visibilidade. Sou contra, não aceito, sou homem, mas não aceito a violência contra a mulher.

No dia 10 de dezembro comemora-se o Dia Internacional dos Direitos Humanos, relembrando a adoção pelas Nações Unidas, em 1948, da Declaração dos Direitos Humanos. Por isso, senhoras e senhores, esses 16 dias de campanha intensa, aqui no Brasil serão 21, pela valorização dos direitos da mulher, pela sua integridade física e psicológica.

Sr. Presidente, a aprovação da Lei Maria da Penha, mais do que uma afirmação, é um apelo à harmonia entre os gêneros. Quando falo que precisamos

construir, realmente, o fim da discriminação e da violência contra a mulher já vem aquela história de dizer que prego o separatismo, porque tem que se arranjar alguma coisa para bater em quem está defendendo esse tipo de coisa. Estão querendo fazer pegar a idéia do separatismo, Sr^{as} Deputadas. Dizem: “Ela só defende as mulheres, ela é contra os homens”. E não é absolutamente nada disso. Só vamos superar a discriminação e a violência contra a mulher se contarmos com a ajuda, com a participação decisiva e determinada dos homens generosos, dos homens fraternos, dos homens solidários. Se contarmos com a participação dos homens do bem, que são todos os nossos filhos, é óbvio que vamos superar a discriminação e a violência contra a mulher.

Assim, que jamais permitamos que alguém diga na nossa frente que se defendemos o fim da violência contra a mulher, se defendemos a Lei Maria da Penha, Deputada querida, é porque somos contra os homens. Não somos. E não podemos deixar criar esse imaginário popular, pois assim não vamos superar esse problema. Nós, sozinhas, não vamos superar. Precisamos da ajuda dos companheiros homens.

Uma outra coisa que gostaria de falar brevemente é sobre a recente sentença judicial exarada por um magistrado de Sete Lagoas, no interior de Minas Gerais, que é o mais absoluto acinte contra a mulher brasileira.

E maior é o choque quando se percebe que se trata de defender a injustiça que a Lei Maria da Penha visava eliminar: a dominação física e mental da mulher pelo homem. Todos sabemos o que ele disse, não preciso repetir. Ações já foram tomadas, já estivemos juntas – representação das Sr^{as} Deputadas e das Sr^{as} Senadoras – com a Ministra Ellen Gracie e já protocolamos, junto à Ministra, todas as ações que buscávamos e ela já deu resposta por intermédio da reunião do Conselho Nacional de Justiça. A Sr^a Ministra Ellen Gracie, portanto, já tomou todas as atitudes e vem se posicionando de forma firme e determinada na defesa da Lei Maria da Penha. Infelizmente, temos algumas instituições que estão entrando com pedido de inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha e isso tem que ser cortado pela raiz.

Quero ainda registrar – hoje está difícil para falar – que a 2^a Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul declarou a inconstitucionalidade da lei. Nós precisamos combater isso.

Sr. Presidente, a Lei Maria da Penha tem duplo inegável mérito: dá maior e melhor proteção às mulheres e exerce um efeito didático junto aos homens tendentes à agressão, no sentido de dissuadi-los, já que sua punição pode ser rápida e exemplar.

Felizmente, os tribunais deste País estão, paulatinamente, aplicando a Lei Maria da Penha em benefício das mulheres e da harmonia social. O tempo se encarregará de educar os que se inclinam à agressão e os que negam às brasileiras a proteção dessa lei.

Faço uma referência ao meu Estado de Mato Grosso, onde a Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, encontra respaldo e tem sido aplicada no amparo das mulheres mato-grossenses. O Poder Judiciário de Mato Grosso demonstrou, mais uma vez, que está na vanguarda da eficiência e da agilidade na prestação dos serviços à população. O Judiciário mato-grossense foi um dos primeiros do País a implantar as Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no mês seguinte à sanção da Lei nº 11.340, em agosto de 2006.

O exemplo de Mato Grosso tornou-se referência para outros tribunais de todo o País. A campanha em Cuiabá é coordenada pela Juíza Amini Haddad Campos. Peço que ela se levante, para verem a força de uma mulher jovem! (Palmas.)

Ela é titular da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Temos também um grande trabalho da Promotora Lindinalva Correa, também mato-grossense. (Palmas.)

São mulheres que estão no Judiciário e que estão envolvidas, que estão dizendo para que vieram, que têm postura clara, que não têm medo, que são determinadas nas ações que fazem. E eu precisava fazer essa tão simples, mas, do meu ponto de vista, importante homenagem a Lindinalva e a Amini.

Terminando, Sr's e Srs. Parlamentares, o ocaso da cultura machista de preferência social do homem sobre a mulher não se coaduna com as regras de convivência da democracia moderna e da justiça social. Por isso, a importância desses 21 dias de conscientização da sociedade brasileira em favor do combate à violência contra as mulheres.

Que todas as brasileiras abracem esta campanha! Que todos os homens conscientes, solidários e fraternos deste País defendam com ardor as mulheres brasileiras!

Conclamo todas as mulheres de todas as classes sociais do nosso País: não consintam o amor violento, porque no amor violento está impregnada de forma até explícita a crônica da morte anunciada.

Muito obrigada.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Eu não disse aqui, mas a Senadora Serys Slhessarenko é uma das subscritoras do requerimento para a realização desta sessão. Queremos agradecer, portanto, a sua participação.

Concedo a palavra à autora do requerimento que resultou nesta sessão solene, a ilustre Deputada Rebecca Garcia.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr's Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, num primeiro momento, pensei em fazer um discurso histórico, contando um pouco da história da mulher, da sua luta e de como tem vencido cada batalha. Infelizmente, o factual me forçou a mudar meu discurso. Com indignação, transformei minha fala em um discurso atual, que nos mostra a realidade em que vivemos ainda hoje no Brasil, o país do futuro, o Brasil que procura infra-estrutura para crescer e se esquece do básico: da paz, da harmonia, da importância da mulher, da importância da família. Tudo isso é esquecido quando se fala de agressão não somente à mulher, mas todo tipo de agressão. Porém, hoje, estamos aqui para falar do combate à violência contra a mulher.

Por isso, resolvi tornar meu discurso factual e falar de uma menina de 15 anos, que foi trancafiada numa cela com vinte homens, que a estupraram várias vezes ao dia. Ela grita por socorro às pessoas que passam na rua. O povo ouve seus reclamos. Pede comida, pede água, pede clemência. Num dia da semana, porém, quando as visitas são liberadas, ela é deixada em paz pelos colegas de cela e os gritos de agonia silenciam.

Isso não é ficção. É realidade, tão palpável que quase todos aqui devem estar se perguntando se estou achando que ninguém leu jornal ou ligou televisão ou ouviu rádio nos últimos dias.

É o mais impactante, realista e recente escândalo da República brasileira. No entanto, tem contornos que ultrapassam as raias da ficção, mesmo se tratássemos do realismo fantástico de Gabriel García Márquez.

Meus senhores e minhas senhoras, o que houve no Pará é mais do que grave. Dia 25 de novembro foi o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, um dia de mobilização nacional bastante significativo no Brasil e eis que, no Pará, uma menina de 15 anos passa por essa situação.

Há nuances no episódio que merecem a reflexão neste fórum. Abaetetuba, onde ocorreu essa tragédia nacional, tem juíza, promotora e delegada. A população, até por ter sido instada pelos gritos desesperados da prisioneira, tinha pleno conhecimento do ocorrido na cela da prisão em um Estado também governado por uma mulher. Isso não impediu que o crime se mantivesse por quase um mês inteiro.

Quando tudo isso foi descoberto e o escândalo se estabeleceu, eis que as autoridades da cidade apare-

cem com justificativas as mais inacreditáveis possíveis. “Ela não é menor”, disse um dos carrascos, como se pudesse justificar a bestialidade cometida contra aquele ser humano mulher. “Ela parece que tinha algum tipo de problema mental, porque nunca nos falou que tinha apenas 15 anos”, como se isso fosse também uma justificativa, como se a idade de um ser humano ou a situação mental deficiente justificasse a atrocidade cometida. Na minha opinião, só piorariam os fatos.

Essa chuva de preconceitos contra a mulher, o doente mental e os mais pobres merece um repúdio duro, no sentido direto, ousado, altivo, bem forte de todas as mulheres e homens brasileiros.

O Brasil precisa mostrar de forma bem clara, no episódio de Abaetetuba, no Pará, que a tolerância com atrocidades como essa é zero, seja contra a mulher ou contra o homem. Os culpados precisam ser punidos.

Sugiro que este Congresso tire uma nota de repúdio contra as autoridades do Pará, da Governadora ao agente prisional, como forma de solidariedade àquele povo amazônico, caboclo, brasileiro, e a esta jovem em especial, vítima de tamanha barbaridade.

Sugiro que formemos uma comissão composta por uma representante de cada Estado aqui presente neste Parlamento, para irmos até à cidade para falarmos à população sobre o tamanho da gravidade do que ocorreu ali. Ainda assim, estaremos fazendo menos do que se deve diante da vergonha que esses fatos envolvem, especialmente a vítima.

Falo, agora, Sr's e Srs. Congressistas, sobre o fato mais chocante desse episódio: ele não é tão incomum assim. A imprensa tem publicado diversos casos da mesma natureza, eles são quase corriqueiros. Outras pequenas jovens são estupradas nas Abaetetubas que se espalham pelo Brasil de Norte a Sul. É um absurdo que desnuda o estágio civilizatório em que o Brasil se encontra, deixando muito mais a desejar numa Pátria que respeita os direitos humanos e seus cidadãos.

O Brasil não pode continuar sendo uma Abaetetuba seguramente nas áreas mais pobres do território nacional. O Brasil é muito mais do que isso. Nós, mulheres, mães, irmãs e filhas, mais que comemorar as conquistas de nossa luta, que não são poucas, temos a obrigação de continuar lutando com todas as forças por um país livre da vergonha naquela pequena cidade paraense. O episódio nos mostra o tamanho de nossa luta; mostra também que não devemos esmorecer, como nunca esmorecemos ao longo da história.

A questão, então, Sr. Presidente – e, aqui, vamos à questão realmente –, é que tudo isso só pode ser combatido com amplo projeto educacional, esclarecedor e cidadão. Não podemos corrigir o que nasceu errado, mas podemos fazer com que ele atinja a maioridade

esclarecido e correto. É na infância que construímos os homens e as mulheres.

(Interrupção do som.)

A SRA. REBECCA GARCIA (PP – AM) – Precisamos repensar o modo de agir; precisamos formar cidadãos, investir mais e mais em Educação. Senão, correremos o risco de ficar apenas aplicando os dispositivos da Lei Maria da Penha, quando o ideal seria que não houvesse mais agressão contra a mulher.

O episódio nos mostra e nos ensina tudo isso.

Dedico este discurso à mulher brasileira, a quem deixo meu grande abraço, meu incentivo e também minha luta.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Quero registrar a presença entre nós da Srª Marlene Libardoni, Diretora Executiva da ONG Agende, que coordena a campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”. Registro também a presença de Srª Andréa Zemuner, representante da Executiva Nacional do PMDB Mulher e Presidente do PMDB Mulher do Distrito Federal. Registro, ainda, a presença da Srª Sonia Ortiz, que é oficial de programa da Unifem.

Passamos à lista dos oradores inscritos.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorginho Maluly. (Pausa.)

S. Exª está ausente do plenário.

Concedo a palavra à ilustre Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento V. Exª, Sr. Presidente, as Colegas Deputadas aqui presentes, as Senadoras Serlys Shhessarenko e Fátima Cleide, nossos convidados, a Srª Laisy, que representa nossa Ministra; cumprimento também a Ministra do Tribunal aqui presente, cumprimento Marlene Libardoni e, em seu nome, abraço todas as entidades dos movimentos sociais aqui presentes.

Sr. Presidente, dia 25 de novembro é o dia, de fato, dedicado a se refletir sobre a necessidade do combate à violência, que alige mulheres do Brasil e do mundo. O dia 25 vem se somar exatamente à campanha dos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Essa campanha está sendo coordenada pela Agende e vem sendo desenvolvida em nosso País há algum tempo. Quero aqui também parabenizar a Srª Marlene Libardoni pelo belo e importante trabalho que a entidade tem feito, campanha essa desenvolvida com a participação do Legislativo, do Judiciário, do Executivo e com a rede de entidades feministas.

A campanha foi lançada desde o dia 20. Inclusive, ontem, foi realizado aqui, na nossa Casa, um bom seminário a respeito. Haverá exposição e lançamento de livros mais tarde, retratando exatamente o drama, o problema da violência.

Sr. Presidente, de repente, nós nos perguntamos: por que esse dia? Na verdade, não temos nem o que comemorar. É um dia, de fato, para, mais uma vez, trazermos nosso protesto e fazermos nossas cobranças. Por quê? Porque, infelizmente, a realidade ainda é muito cruel. Por exemplo: os dados do Portal da Violência Contra a Mulher constatam que 33% das mulheres consideram a violência doméstica o problema mais preocupante das suas vidas. A mesma pesquisa revelou que 51% das entrevistadas conhecem pelo menos uma mulher que sofre violência por parte dos seus companheiros. O telefone disponibilizado pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres para denunciar a violência doméstica chega a receber mais de três mil ligações por dia. Apesar de elevados, sabemos, claro, que esses números são subestimados. Por quê? Porque vergonha, medo e intimidação de diversas ordens impedem muitas mulheres de denunciarem agressões, ameaças, espancamentos e outras formas de violência.

Sr. Presidente, quero, aqui, também trazer outra reflexão. Deputada Rita Camata, exatamente no ano em que celebramos um ano da Lei Maria da Penha – lei que, sem dúvida nenhuma, deve ser considerada como marco da Justiça brasileira, do ponto de vista de defesa dos interesses da mulher –, estamos nos deparando com alguns episódios, Deputada Janete Pietá, que têm nos causado não só perplexidade, não; é dor, é raiva, é indignação, é revolta.

E começa logo com um juiz. O Juiz Edilson Rodrigues, lá do Município de Sete Lagoas – nada contra Sete Lagoas nem contra Minas Gerais –, recentemente, considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha. Ele rejeitou os apelos das mulheres, vítimas de agressão por seus companheiros, para que a Justiça tomasse as providências previstas na lei. O juiz simplesmente entendeu que a Lei Maria da Penha é uma lei machista. Absurdo isso! Isso prontamente recebeu o repúdio da nossa Casa, da Bancada feminina. Apresentamos requerimento nesse sentido. A Secretaria Especial de Política para as Mulheres prontamente também se colocou e, finalmente, o Conselho Nacional de Justiça está, inclusive, avaliando esse caso, porque, esse senhor...

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – (...) paciência! Esse senhor não podia jamais desempenhar um papel tão importante quanto o de juiz. Como é que

alguém, numa função como a de juiz, coloca-se de maneira tão irresponsável?!

Sr. Presidente, houve também o outro episódio, o episódio do Pará, que, sem dúvida nenhuma, está causando também muita dor. E quero, aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, levar nossa solidariedade à menina, à família dela, a todo o povo do Pará; e levar nossa solidariedade também à Governadora Ana Júlia, que tem tomado todas as providências.

Infelizmente, isso não começou no Pará. Relatório da ONU mostrou, recentemente, que, em vários Estados, inclusive no meu, no Rio Grande do Norte, não há prisões destinadas só...

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – (...) a mulheres. Isso revela exatamente que o Estado brasileiro não se aparelhou de modo suficiente. Para quê? Para garantir, para respeitar os direitos das mulheres, inclusive quando elas cometem a infelicidade, Sr. Presidente, de transgredir a lei.

Então, o que está acontecendo no Pará não é só no Pará, infelizmente; é pelo mundo inteiro, é por este País.

Por isso, Sr. Presidente, é que, hoje, mais do que nunca, quero aqui dizer que este é o momento de cobrarmos condições para que a Lei Maria da Penha, de fato, seja implementada na sua plenitude. Para tanto, precisamos de recursos. Recursos para quê? Para se criar mais casas-abrigo, para se criarem mais delegacias de atenção à mulher. Recursos para quê? Para que a Justiça crie juizados especiais para o combate da violência à mulher.

O SR. PRESIDENTE (Narciso Rodrigues. PSDB – MG) – Para concluir.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Precisamos de mais recursos. Sabem para quê? Para contratação de defensores públicos. E por quê? Porque, sem dúvida nenhuma, a Lei Maria da Penha pegou. Lá, em Natal, no meu Estado, achei muito bom, quando, outro dia, eu soube que, na sala de aula, numa turma de pré-escola, de meninos na faixa de seis ou sete anos, lá pelas tantas, um menino começou a brincar com uma menina. Ela o olhou e disse: “Olhe, cuidado com a Lei Maria da Penha!”

É isso, Sr. Presidente. Neste ano, a campanha foi muito feliz ao focar a Lei Maria da Penha, no sentido de que ela seja divulgada e que as mulheres – e não somente elas, mas também a sociedade brasileira – saibam o quanto é importante. E por quê? Para que continuemos essa luta...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Conclua, Deputada. Três minutos, já.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – (...) de combate à violência que aflige, ainda, as mulheres, Sr. Presidente, de todo o mundo, independentemente do nível social que ocupam.

Portanto, concluo dizendo que, em nome do Partido dos Trabalhadores, quero -me solidarizar com todas as mulheres, jovens ou idosas, urbanas ou rurais, profissionais, domésticas ou dirigentes empresariais, intelectuais ou analfabetas, lésbicas, enfim, com todas aquelas que sofrem a infâmia da violência doméstica.

Quero dizer-lhes que não tenham medo, que não abaixem a cabeça, que reajam, que não se deixem dominar pela vergonha e denunciem seus agressores, procurando apoio nos instrumentos previstos na Lei Maria da Penha para se livrarem desse flagelo.

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – É como disse a nossa cantora Di Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Deputada, já demos quatro minutos para V. Ex^a. Por favor, conclua.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Está certo, Sr. Presidente, vou concluir.

É como disse a nossa cantora, há pouco.

Quero parabenizar, inclusive, os compositores Paulinho Rezende e Evandro Lima pela música “Maria da Penha”, que diz o seguinte:

Não pague pra ver (...)

Você não vai ter sossego (...) da dona “Maria da Penha” (...)

O bicho pegou, não tem mais a banca

De dar cesta básica (...)

Bobeou, vai para a cadeia.

Cuidado com a Lei Maria da Penha!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Queremos saudar a presença, nesta sessão solene, do Presidente da Câmara dos Deputados, o que a faz ganhar mais importância.

Muito obrigado, ilustre Deputado Arlindo Chinaglia, que comparece ao plenário. Queremos convidá-lo para integrar a nossa mesa de trabalhos.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente Narcio, dê-me apenas um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Por favor.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero agradecer suas generosas palavras.

Estamos aqui exatamente para homenagear as Deputadas e as Senadoras que tiveram essa bela iniciativa. Com seu trabalho – pois, naturalmente, têm uma dedicação maior a esse tema –, elas representam a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Portanto, eu me sinto muito bem como participante para, aqui, ouvir as intervenções, manifestando-me em nome da Câmara, assim como V. Ex^a o faz em nome das duas Casas ao presidir a sessão e nos representar tão bem.

Parabenizo V. Ex^a e todos que trabalham para melhorar uma situação extremamente revoltante, dando como exemplo esse episódio de uma prisão do Pará, o qual, por envolver uma menina ou uma adulta jovem naquelas condições, é a prova cabal de como as mulheres são vítimas de violência.

Parabéns a todas, então. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Reiteramos o convite a V. Ex^a. Se quiser formar conosco a mesa de trabalhos, isso nos dará muita honra.

Todos nós, na Câmara, sabemos – eu, em especial, porque estou na Mesa Diretora – do esforço que V. Ex^a tem feito para que possamos introduzir a questão do gênero na agenda nacional e nas discussões do Parlamento brasileiro.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à próxima oradora, a ilustre Deputada Nilmar Ruiz.

A SRA. NILMAR RUIZ (DEM – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, companheiras Deputadas presentes, a quem cumprimento em nome da Deputada Rita Camata, Senadoras presentes, que também cumprimento – Senadoras Serys, Marisa Serrano e Rosalba Ciarlini –, Embaixatrices presentes, nossas companheiras de movimentos em defesa da mulher, nossos Deputados, senhoras e senhores, no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, uma homenagem que foi feita às irmãs Pátria, Minerva e Maria Tereza Maribal, brutalmente assassinadas em 1960 por liderarem um movimento de combate à ditadura militar na República Dominicana, serve para que possamos refletir, e refletir muito.

Tenho certeza de que ninguém consegue passar pelo corredor da nossa Casa sem se indignar com o depoimento de sete mulheres – aquelas que tiveram coragem de denunciar e de fazer ali os seus depoimentos. Não posso deixar de me indignar ao ler o depoimento da Creusa, do meu Estado do Tocantins,

dizendo que não sabe quantas vezes foi violentada na sua casa, pelo seu marido.

Não pudemos deixar de nos emocionar ao ouvir a nossa Senadora Serys falando da morte de suas companheiras no Estado de Mato Grosso. E não podemos deixar de sentir, mais do que indignação, uma grande revolta permeando os nossos corações ao leremos, ao vermos, ao testemunharmos o que aconteceu com uma menina de 15 anos no Pará, o que foi tão bem relatado pela Deputada Rita Camata e, também, de uma forma muito emocionante, pela Deputada Rebecca Garcia.

Mas de quantas outras nem sabemos? Quantas outras não têm coragem de denunciar? Estima-se que a cada 15 segundos uma mulher é espancada e que a cada 12 segundos uma é vítima de ameaça, normalmente no seu lar, por uma pessoa com quem mantém relação afetiva. Setenta por cento dos crimes contra as mulheres acontecem em casa e o agressor é o marido ou o companheiro. Onze por cento das mulheres com 15 anos ou mais admitiram já terem sido vítimas de espancamento. Sete milhões de brasileiras foram agredidas ao menos uma vez. Todo dia uma mulher é assassinada pelo companheiro, e essa violência atinge todas, independentemente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição financeira.

Neste dia em que temos de fazer uma reflexão muito séria, precisamos entender que ainda falta tudo no País: falta delegacia especializada, falta pessoal preparado, falta um sistema real de proteção para as mulheres, falta uma política pública adequada para que possamos ter igualdade entre os gêneros, mas, principalmente, falta consciência, consciência que vamos adquirir a partir de um amplo processo educacional.

Quero, para terminar, dizer que não temos o que comemorar...

(Interrupção do som.)

A SRA. NILMAR RUIZ (DEM – TO) – Obrigada, Presidente.

Não temos o que comemorar neste dia 25 de novembro. Devemos, sim, entender que é um dia de enfrentamento, de indignação e, mais do que isso, de romper silêncio e exigir dos Poderes Públicos, da sociedade, de cada profissional, de cada ação individual, de cada pessoa, o fim da violência contra a mulher.

Quero, aqui, Sr. Presidente, como Presidente Nacional do Mulher Democrata, unir-me às mulheres brasileiras, solicitando, pedindo, rogando que haja mais justiça no nosso Brasil.

Muito obrigada! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Registrados as presenças da Srª Santa Al-

ves, representante da União Brasileira de Mulheres; da Srª Madalena Saiki, Vice-Presidente do Conselho da Mulher do Distrito Federal; da Srª Milena Calazans, representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea, a quem cumprimentamos.

A próxima oradora inscrita é a ilustre Senadora Marisa Serrano, a quem concedo a palavra.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente Narcio Rodrigues; Deputadas Iris Araújo e Fátima Bezerra; Deputadas e Deputados presentes; convidados e convidadas, eu gostaria de, aqui, fazer algumas considerações a respeito da luta que as mulheres enfrentam, Deputada Rita, há tantos e tantos anos, para que as mulheres tenham aquilo que é o mínimo que se possa permitir a um ser humano: a garantia dos seus direitos. Não estamos pedindo nada demais. Não estamos pedindo a todos neste País que nos olhem de forma diferente da que é proposta na nossa Constituição, na nossa Carta Magna, Deputada Marinha Raupp. O que queremos é, justamente, que se cumpra a lei; e que a lei se cumpra por homens e mulheres.

Sr. Presidente, nós, mulheres, temos feito uma corrente, há anos e anos, por todo o País, garantindo os nossos direitos. Tenho quarenta anos de vida pública e mais de sessenta anos de idade, e, durante todo esse tempo, quero dizer que andei e tenho andado pelo Brasil afora. Presidi, durante muitos anos, a fração feminina do meu Partido, o PSDB Mulher Nacional, oportunidade em que percorri todos os Estados para discutir com as mulheres, para garantir-lhes espaço na política. Tenho feito isso sistematicamente, dizendo-lhes que é a nossa participação, a nossa voz e a nossa luta que farão a diferença.

Esta é uma semana particularmente difícil. Estou muito preocupada com aquilo que vimos no Pará, por conta da importância do exemplo, que é fundamental. E não se trata apenas da Governadora, mas de uma Secretaria de Justiça, de uma Secretaria de Segurança – e não sei se vocês sabiam, mas ambas as Secretárias, a de Justiça e a de Segurança, são ocupadas por mulheres –, de uma Juíza e de uma Delegada. Isso é que nos tolhe, Deputado Narcio; isso é que nos tolhe, Senadora Roseana, é o exemplo que a gente quer dar. E, num Estado com tantas mulheres responsáveis, acontece o que aconteceu no Pará. Dói-nos o coração. Ainda assim, jogar para baixo do tapete nós não vamos. Todos nós, em todo o País, seja homem ou mulher, sejam quem forem os responsáveis, não podemos compactuar.

O fato poderia ter ocorrido no meu Estado ou em qualquer outro Estado, mas, se há violência contra a mulher, temos de reclamar, brigar e nos indignar. Não

aceito que se diga que sempre aconteceu assim; não aceito que se diga que isso acontece em outros Estados; não aceito jogar a culpa em quem quer que seja.

Ontem, conversando com o Senador Aloizio Mercadante sobre esse caso, disse a S. Ex^a que o que interessa é a gente assumir quando as falhas forem nossas. "Falhei, mas vou à luta; não vou admitir; denuncio todo mundo que estiver errado e demito quem fez aquilo que não podia". Que se dê, pois, o exemplo de que não aceita a impunidade. Não vamos aceitar impunidade em lugar algum, e não podemos aceitar impunidade em nossa própria Casa.

Portanto, Deputado Narcio, vim aqui para dizer que o que nós pudermos fazer, todas juntas, independentemente de partido político e de ideologia, todas as mulheres brasileiras, para garantir que a mulher tenha sua dignidade preservada, a garantia da sua vida preservada, que é o mínimo, a garantia de seus direitos preservados, iremos fazê-lo conjuntamente.

Quero, aqui, me colocar à disposição. Falo em meu nome e em nome do meu Partido, o PSDB, e do PSDB Mulher, hoje presidido pela Deputada Thelma de Oliveira.

Estamos juntas e irmanadas, porque a luta é de todas nós!

Muito obrigada, Deputado Narcio Rodrigues. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – A próxima oradora inscrita é a ilustre Senadora Roseana Sarney, a quem concedo a palavra.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Ex^{mo} Sr. Presidente do Congresso Nacional; Sr^a Laisy Assunção, aqui representando a nossa Ministra; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados; minhas senhoras e meus senhores.

Dia Mundial de Combate à Violência contra a Mulher. Certamente, Presidente, essa é uma data que desejariam que não fosse celebrada. Gostaríamos, antes de tudo, que esta data fosse até esquecida, ou melhor, que não fosse necessária a existência de um dia destinado a alertar a sociedade acerca da violência contra a mulher.

Mas, ao contrário, uma vez mais, aqui estamos a prestar nosso tributo a essa efeméride, a recordar, novamente, que a violência contra a mulher existe e está longe de acabar.

Cabe perguntar, no entanto, o porquê da existência de um dia internacional destinado a despertar as consciências acerca desse problema.

Um desavisado ou um cínico indagaria, ainda, se, em uma sociedade violenta como a brasileira, caberia uma referência especial à violência contra as mulhe-

res. Os homens, diria esse desavisado, também são vitimados pela brutalidade cega do crime.

E, sem dúvida, também os homens sofrem com o aumento da criminalidade. Também os homens são mortos, agredidos, humilhados e cerceados em suas liberdades.

Mas essa constatação não pode toldar a percepção correta que devemos manter acerca da peculiaridade da violência contra as mulheres. Essa violência, na absoluta maioria dos casos, deriva da aplicação de noções profundamente inscritas na mentalidade dos indivíduos, que se incorporaram, de forma tão sub-repentina quanto perniciosa, nas instituições sociais.

Essas noções dizem respeito à identidade e à posição social dos gêneros; à maneira como ocorre a dinâmica do relacionamento entre homens e mulheres.

A violência contra a mulher nasce da disparidade entre homens e mulheres. A tradicional divisão social de papéis entre os sexos conferia ao homem o comando indisputável da família e à mulher, bem como aos filhos, reservava apenas o dever de obediência irrestrita ao comando do chefe da família.

Essa visão de mundo reservava à mulher um papel de subordinação em relação ao mundo masculino. A mulher, ser eternamente dependente, somente tinha como direito o dever de cuidar de seu lar, de seu marido e de sua prole.

As poucas mulheres independentes sofriam o estigma da discriminação, por mais poder ou influência que tivessem. As cortesãs europeias, que tanta fama possuíram, não eram mais que o reverso de uma sociedade que as queria domadas e reduzidas a um papel menor: o de serva doméstica de um marido todo-poderoso.

Esse padrão de dominação e posse permeia praticamente todas as sociedades ao longo da história. Lembremos as tristemente famosas mulheres de Atenas, cuja tragédia foi cantada por Chico Buarque; lembremos também o poder de vida e morte que o *pater familiæ* romano tinha sobre sua esposa e filhos; recordemos as mulheres orientais, forçadas, por gerações, a deformarem seus pés para mantê-los pequenos, como ditava a tradição.

Tragamos à lembrança, também, as irmãs Mirabal – Pátria Mercedes, Minerva Argentina e Antonia Maria Teresa –, espancadas e estranguladas em um carnaval por terem ousado se rebelar contra um tirano tão cruel que, por fim, foi abandonado por todos e morreu pelas mãos de seus próprios áulicos. Em reconhecimento a seu sacrifício foi que as Nações Unidas estabeleceram um dia de combate à violência contra a mulher.

Mas não devemos nos ater exclusivamente às mulheres cujo drama já pertence aos anais da história. De-

vemos lembrar que, neste exato momento, uma mulher está sofrendo violência no Brasil e que, pior, em 60% dos casos, o atacante é alguém próximo a ela: marido, companheiro, pai, padrasto ou até mesmo filho.

Essa é a dimensão trágica da violência contra a mulher. É uma violência que se encerra, o mais das vezes, dentro do lar, e que se beneficia do medo das vítimas e principalmente da indiferença da sociedade. “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”, diz o ditado. E, assim, os criminosos permanecem por longo período a espezinhar e aterrorizar suas vítimas, enquanto vizinhos e parentes se calam.

Essa crença no valor menor da mulher, esse desprezo pela igualdade entre os gêneros, leva, ainda, a formas mais sutis, mas não menos odiosas de violência.

As mulheres são também as principais vítimas do assédio sexual e moral no ambiente de trabalho. O assediador, incapaz de reconhecer o valor de suas colegas e subordinadas como pessoas e até mesmo como profissionais, escolhe tratá-las como mero objeto sexual ou alvo de humilhações, criando situações destrutivas e atingindo as vítimas em seus sentimentos mais profundos de honra e integridade social e pessoal.

Não posso deixar de mencionar minha indignação com relação à trágica história da menina que esteve presa em uma cela entre homens, há pouco, no Estado do Pará. Isso tem que acabar. A sociedade tem que se unir e combater esse tipo de preconceito e de violência que existe contra as mulheres, ainda hoje, em nosso País e em nossos Estados.

Senhoras e senhores, a permanência dessa condição de vulnerabilidade do gênero feminino ao crime é o sinal claro de uma doença que atinge nossa sociedade. Não pode ser considerada sã uma sociedade que negue segurança à metade de seus membros, que faça dessa metade o alvo preferencial da violência da outra metade.

A passagem do Dia Mundial de Combate à Violência contra a Mulher é uma lembrança infelizmente de nossas imperfeições como Nação e do longo percurso que temos de cumprir até atingirmos a completa emancipação de seres humanos de ambos os gêneros.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Próxima oradora inscrita, a ilustre Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Narcio Rodrigues, Deputada Iris de Araújo, Senadora Roseana Sarney, companheira Laysi, que representa aqui a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, queridas Deputadas, também saúdo todos aqueles movimentos que informam e dão sus-

tentação a essa luta: a União Brasileira de Mulheres, na pessoa da Santa Alves; a Agende, na pessoa da Marlene Libardoni; o Cfemea, na pessoa da Milena Calazans; e a Marcha Mundial de Mulheres, na pessoa da Isabel Vilalba.

Sem dúvida, toda vez que nós nos encontramos em uma solenidade como esta, a primeira pergunta é: há o que comemorar? Digo, caros Deputados, caras Deputadas, Sr. Presidente, que há, sim, o que comemorar. Nós não podemos perder a perspectiva histórica de nossas conquistas; do contrário, o sentido da nossa luta, da generosa dedicação de tantas mulheres que desde a Revolução Francesa encararam essa difícil jornada, seria quase em vão. Nós, sim, tivemos conquistas. O voto feminino foi uma conquista, evidentemente vinculada a um processo de democratização no combate aos currais eleitorais e que era uma necessidade daquele período. Nós tivemos, sim, a conquista da licença-maternidade, pois naquele período era o Brasil industrial, urbanizado, que precisava da nossa incorporação. Nós tivemos, sim, a conquista da criação dos órgãos públicos especializados, das delegacias, dos conselhos, que foram fruto da luta das mulheres na resistência à ditadura, e, superado esse processo, nós ganhamos. Tivemos aqui uma importante conquista, que foi o Plano Nacional de Políticas Públicas, conquista fundamental do movimento de mulheres, da luta do pensamento avançado, retirado do processo de modificação do novo ciclo histórico com a eleição do Presidente Lula. E tivemos uma conquista no patamar da violência: a Lei Maria da Penha, conquista extremamente significativa. É a representação, o reconhecimento da sociedade de que, em briga de marido e mulher, o Estado “põe a sua colher”, e a legislação deve inibir e impedir esse processo.

Digo isso porque temos compromisso com essa luta. Mas sabemos que nossa luta, a luta das mulheres, é a mais longa das lutas; que nossas conquistas só se dão no ventre da liberdade, por pressão das próprias mulheres e com o apoio do pensamento avançado da sociedade. Muitos companheiros são parceiros. Cada passo dado exige um grau de mobilização, de pressão, de debate muito grande.

Pari passu, demonstrando essa sociedade contraditória, quando comemoramos uma conquista, como foi a Lei Maria da Penha, enfrentamos resistências como a do Juiz Edilson Rodrigues, que lamentavelmente é de uma cidade mineira – e Minas não merecia esse atentado à sua tradição de liberdade. Contudo, já foi instaurado inquérito administrativo no CNJ, como a Presidente Ellen Gracie nos informou, para apurar o caso. Ao mesmo tempo, vemos também essa situação dos subterrâneos da desigualdade neste País e

da desigualdade de gênero, que é essa situação de Abaetetuba.

Digo isso, porque acho que a nossa conquista em relação a essa permanente situação de violência é a porta da frente, é o canal, é a máquina que conduz o trem do combate à violência no nosso País e do combate à violência generalizada, que atinge a sociedade e que necessita de uma resposta fundamental desta Casa e da sociedade. Nós, hoje, compreendemos que somos o carro-chefe da luta pela paz e contra a impunidade neste País. O carro-chefe significa implementar a Lei Maria da Penha como um compromisso da sociedade com a democracia.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer apenas que a luta pela implementação da Lei Maria da Penha, a luta para que as mulheres tenham um espaço de poder e a luta para que as mulheres estejam num projeto de desenvolvimento, para que exista um plano de aceleração do crescimento para as mulheres são o compromisso da democracia, do Estado brasileiro, com a igualdade e com a sociedade. E essas mulheres querem ter a representação.

E, concluindo, lembro a frase de Albert Camus: “Esta furiosa paixão pela vida que dá sentido aos nossos dias”.

Concedo, Sr. Presidente, trinta segundos de aparte, se V. Ex^a assim o permitir.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Não é regimental, mas vou conceder por se tratar de uma sessão solene.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputada Jô Moraes. É que a Deputada Jô Moraes foi escolhida pela bancada do PCdoB para falar nesta sessão solene. Todas nós, as Deputadas do PCdoB, estamos muito bem representadas por meio do pronunciamento de V. Ex^a. Entretanto, Sr. Presidente, não poderia deixar de me pronunciar num momento tão importante. Estamos nessa campanha e vivendo na pele, vivendo neste momento denúncias graves de desmandos perpetrados em relação às mulheres, principalmente na minha Região Norte. Quero dizer que essa campanha é importante e deve ser travada não somente pelas mulheres, mas, sobre tudo, pelos homens, porque, a partir do momento em que conseguirmos o engajamento dos homens na luta contra a violência e pelos direitos iguais, seremos, sim, capazes, nós e V. Ex^a, Sr. Presidente, de construir uma sociedade melhor para todos nós. Muito obrigada, e parabéns, Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG) – Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia

Vânia, que nesta sessão falará em nome do Senado Federal.

É importante destacar, como disse na abertura da sessão, que a Senadora Lúcia Vânia foi a Relatora dessa matéria no Senado da República.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^a Deputada Íris de Araújo, Sr^a representante da Secretaria das Mulheres, convidadas, Parlamentares, senhoras e senhores, o Congresso Nacional realiza, neste momento, a sessão especial conjunta, para marcar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 deste mês.

Ao mesmo tempo, comemora-se a entrada em vigor, há um ano, da Lei Maria da Penha, que tive a honra de relatar no Senado da República e de ver aprovada por unanimidade tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto no Plenário.

Entretanto, a celebração dessas duas datas está manchada pela denúncia que ganhou caráter internacional, a envolver uma adolescente presa numa cela com mais de 20 homens, no Estado do Pará.

Na manhã de ontem, a Comissão Direitos Humanos do Senado realizou audiência pública para discutir esse caso e foi surpreendida com a afirmação do Delegado-Geral da Polícia Civil do Pará, Raimundo Benalussy, de que a garota sofre de “debilidade mental”, pelo fato de não ter informado, em nenhum momento, que era menor de idade.

Tão graves e abusivas foram as palavras do delegado, que até a Governadora, Ana Júlia Carepa, que não estava presente, quando ele se pronunciou, mostrou-se indignada, dizendo que não há justificativa para a prisão da jovem.

Depois que a denúncia ganhou as manchetes, mais coisas estão vindo à tona, como a precariedade do sistema penitenciário no Pará e no restante do País, embora os discursos oficiais sejam contrários.

No Pará, a investigação da Corregedoria da Polícia Civil concluiu que a carceragem de Abaetetuba tinha outra cela separada por grades, onde a garota poderia ter ficado isolada dos demais presos. Um flagrante caso de negligência que deve ser punido com o rigor da lei e que não deve cair no esquecimento, tão logo esfriem as manchetes dos jornais.

A realidade é que denúncias como essa lamentavelmente geram pouco ou mesmo nenhum resultado. Provocam espasmos de indignação, declarações veementes de autoridades, mas raramente – raríssimamente – vão além disso.

A denúncia sobrevive na mídia por alguns dias, mas, ao final, cessam os espasmos, e tudo volta à rotina

de sempre, envolta num véu de silêncio cúmplice, que transforma o acontecido em mero dado estatístico.

Prevalece, em regra, a trágica cultura da impunidade.

Eventualmente, personagens menores são responsabilizados, para dar uma satisfação à opinião pública, mas a estrutura política, moral, administrativa, que permitiu aquelas aberrações, mantém-se intacta, pronta para reproduzi-las mais adiante.

O espasmo presente, que recolocou a violência contra a mulher nas manchetes da mídia, foi deflagrado pelo caso ocorrido no Município de Abaetetuba, no Pará, onde uma menina de 15 anos, como todas aqui já colocaram, acusada de tentativa de furto (acusação, aliás, não-comprovada), foi posta numa cela em companhia de 20 homens.

Ignoraram a condição da menor acusada, infringindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Violaram o inciso III do art. 5º da Constituição Federal, que estabelece que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Ignoraram o princípio da presunção de inocência, prendendo alguém, sem antecedentes, por uma acusação não-comprovada. Não é só isso, mas fiquemos por aqui.

Tão ou mais chocante que a situação em si – se isso é possível – é a constatação de que não se trata de fato isolado. Bem ao contrário, constitui rotina naquele Estado, segundo reconhece a própria Governadora. E não apenas naquele Estado, mas no Brasil como um todo, como estamos vendo nas denúncias que desfilam perante nossos olhos na seqüência daquela – denúncias que não são inéditas para nós.

Quem, neste País, ignora a realidade carcerária brasileira, que reproduz as abjeções dos campos de concentração nazistas? Quem entre nós ignora a realidade da prostituição infantil, o tráfico de meninas pobres, submetidas ao lenocínio? Quem ignora a prática rotineira e sistemática de violação dos direitos humanos de homens e mulheres, adultos ou menores, nas delegacias e penitenciárias do País?

A verdade é que o Brasil acostumou-se a conviver com tudo isso. E é essa a nossa pior tragédia: além de social, é moral. E é esse o germe da violência da qual todos se queixam, mas que, em termos práticos, a preservam e realimentam, pela omissão, pela falta de determinação em enfrentá-la.

O que faremos diante de tudo isso? Teremos novo espasmo de indignação e ficaremos nisso, transformando esse caso em mais um frio dado estatístico – ou faremos desse limão uma limonada?

Sou das pessoas que crêem que é possível – e necessário – mudar mentalidades e extrair das crises lições e soluções, estabelecendo avanços.

Foi o que aconteceu em relação à Lei Maria da Penha. No dia seguinte a sua sanção, essa Lei, que se originou da brava resistência de uma mulher cearense, agredida pelo marido – e cujo nome a batizou – gerou uma consequência prática e exemplar. Foi sancionada no dia 7 de agosto de 2006 e, no dia 8, no Rio de Janeiro, possibilitou a prisão e a responsabilização penal de um agressor: um marido que tentava estrangular a esposa.

Foi, portanto, um avanço que serve de exemplo para todas nós continuarmos esse trabalho, continuarmos, nesse dia dedicado ao combate à violência contra a mulher, falando e exortando todos os homens e mulheres deste País a combaterem essa violência não apenas contra a mulher, mas a violência que se faz em todos os cantos deste País contra os direitos humanos.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. Bloco/PSDB – MG.) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Deputada Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (Bloco/PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Narcio Rodrigues, que não só hoje, mas por todo esse processo de que venho participando, vem presidindo a Mesa, tem dado uma demonstração de espírito público, de acompanhamento de todas as questões que estão sendo discutidas aqui, inclusive a questão das mulheres.

Cumprimento Laisy Morièrè, representante da Ministra Nilcéia, e todas as Deputadas e Senadoras presentes.

Devo dizer que eu teria preparado alguma coisa para falar, mas, ao ouvir todos os discursos feitos pelas parlamentares, fiquei fazendo uma reflexão, ali sentada, fiquei refletindo. E comecei a me fazer algumas perguntas que eu gostaria de compartilhar com o mundo feminino aqui presente e com o masculino, talvez nos assistindo um pouco mais de longe.

Confesso que hoje amanheci muito brava. – como se costuma dizer quando a mulher fica brava mesmo, está com a macaca ou está com a TPM. Eu fiquei muito brava quando liguei a televisão e vi aquele delegado que foi citado aqui pela Senadora Lúcia Vânia, Raimundo Benalussý, dizendo que a menininha, a menininha era meio pirada e que não disse a idade. Talvez a menina não tenha dito também que ela tinha distúrbios mentais. Ela devia ter dito. Ela devia ter explicado claramente a idade dela; ela deveria ter explicado que ela não batia bem; ela deveria ter dito: – Eu sou uma mulher, eu não sou um homem; cortaram o meu cabelo a facão, mas eu continuo sendo uma mulher! Essa

menina devia ter dito: – Eu sou uma mulher e quero ser respeitada como tal!

E eu quero dizer a vocês: será que nós, mulheres, que temos lutado tanto – Janete, aqui presente, na sua atuação e na sua presença –, estamos chegando a alguma coisa? Será que, no dia em que se está comemorando a não-violência contra a mulher, na semana em que se comemora, nós temos que assistir a um fato tão horrível como esse, dessa criança? Digo mais: essa criança é uma mártir, uma menina, dentro de uma cela, brutalizada, durante vinte dias, durante um mês, todos os dias, por vinte selvagens, que estavam lá por serem selvagens!?

Eu fiquei revoltada e fico imaginando que será que tudo isso que a gente está fazendo, desde quando aquelas operárias foram queimadas vivas e que nos deram a condição de sermos votadas e votarmos também; será que o trabalho da mulher vai ser sempre motivado por sacrifícios de outras mulheres?

Até quando, Sr. Presidente – faço a pergunta aqui, eu que sou a primeira Vice-Presidente Nacional do PMDB –, até quando os partidos políticos vão realmente se interessar, de fato e de direito, pela presença da mulher como representante nas casas de representação que fazem as leis, que modificam a vida dos partidos? Até quando os partidos políticos vão continuar a tapear o movimento de mulheres, Janete? Até quando vão nos levar na conversa, usar-nos a cada campanha eleitoral como massa de manobra para conseguir votos e nos darem as costas? Enquanto essa situação persistir – perdoem-me por este desabafo que faço neste plenário – muitas meninhas vão morrer, muitas mulheres vão sofrer. E será que adianta a Lei Maria da Penha entrar no imaginário popular e pegar como pegou? Mas quero saber se essa Lei está pegando nas estruturas de poder para dar dinheiro, para que tenhamos realmente condição de implementá-la. Não adianta lei sem a prática.

É essa reflexão que deixo a vocês neste dia que considero, depois desse fato, muito triste. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Próximo oradora inscrita, ilustre Deputada Janete Pietá.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero agradecer por este espaço, abraçar a companheira Laisy Assunção, que representa a nossa Ministra Nilcéia, uma companheira batalhadora. Agradeço-lhe, Ministra, por ter enviado a todas as mulheres a relação dos postos; no domingo passado, estivemos em Guarulhos, no posto Sakamoto. Obrigada por suas informações. Quero parabenizar aqui todas as Deputadas e Senadoras.

Ontem, estivemos num seminário da Lei Maria da Penha. Quero fazer uma saudação especial à Juíza de Direito aqui presente, Amini Haddad Campos, e à Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues Corrêa, que hoje, às 18 horas, aqui no Salão Nobre, estará lançando um livro muito importante: *Direitos Humanos das Mulheres*. Gostaria até que você trouxesse para o nosso Presidente ver e depois participar desse lançamento. Por que é importante esse lançamento? Porque nele se mostrará toda a trajetória do mundo patriarcal, machista. O importante desse livro são os direitos humanos das mulheres.

Faço parte da Comissão de Direitos Humanos.

Não somos objeto, nem seres de segunda classe. Somos iguais na diferença – art. 5º da nossa Constituição. Todos somos iguais. De acordo com o art. 3º, tratar as diferenças. Temos de ser tratados, independente da cor, Deputado Vicentinho.

Parabenizamos a Agende porque lançou essa campanha no Dia de Zumbi, dia 20 de novembro, integrando-a à luta das mulheres negras. Um abraço especial à Bia que, no seu trabalho de formiguinha – está aqui –, fez uma belíssima exposição nos nossos corredores.

Estou de lilás, porque lilás é a cor das mulheres a partir do massacre das mulheres operárias, que fizeram uma greve histórica. Em vez de parar, pintaram todos os tecidos na cor lilás, a cor da resistência das mulheres.

Sr. Presidente, neste minuto, quero falar uma frase de Clarice Lispector:

Sou como você mevê...

Posso ser leve como uma brisa ou forte como uma ventania.

Depende de quando e como você mevê passar...

A partir dessa frase, gostaria de fazer um contraponto: sou vento e brisa. A Lei Maria da Penha é uma vitória! Sou ventania. Falta aplicação em todos os Municípios dos juizados especiais – art. 14 da Lei Maria da Penha. Sou brisa. O homem agora vai preso. Não se paga mais com cesta básica. Imagina, uma violência contra a mulher, direitos humanos, e o homem podia pagar com alimentos. Quer dizer que nós somos o quê? Não é nem objeto, não é?

Agora sou ventania! Faltam recursos para a plena aplicação da lei.

É uma vitória.

Sou brisa. A Lei estabelece, no art. 7º, os tipos de violência: violência física, psicológica, sexual, patrimonial, porque a mulher, às vezes, saía de casa, da violência, e perdia o direito ao patrimônio. Isso é um avanço também moral.

Sou ventania! Sete Lagoas, minhas origens, meu pai mineiro. O juiz diz que nós é que somos culpadas por todos os males da humanidade.

Basta! Basta! Esta Casa eu pedi que se posicionasse.

Sou brisa. Essa Lei – na minha cidade eu já distribui mais de quarenta mil e tenho mandado para todo o Brasil – mostra que a mulher que sofre violência não pode ser atendida apenas com psicologia, assistente social. A Lei, no seu capítulo V, mostra que tem que ser feita com uma equipe de atendimento multidisciplinar em todas as áreas.

Sou ventania! No dia 20 de novembro, quando aqui estávamos lançando...

(Interrupção do som.)

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Para concluir, Sr. Presidente.

A Campanha 16 na verdade é muito mais, é contra a violência à mulher.

Parabéns à Agende, parabéns à Cfemea – estou vendo aqui a Milena Calazans, que estava ontem na Mesa final –, à Marcha das Mulheres, com a Isabel Vilalba.

E nós vemos no jornal. Isso é uma ventania, isso é dor, isso é chegarmos ao ponto de dizer que temos de realmente mudar e aplicar o que nós fazemos: as leis. Não basta fazê-las; é preciso aplicá-las.

Continuo dizendo que, neste momento, eu gostaria de entregar ao Presidente da Casa esta cartilha, fruto do trabalho parlamentar.

(Interrupção do som.)

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP) – Na sua última página, está a letra da canção feita pelos autores Paulinho Resende e Evandro Lima, “Bem na Mão da Maria da Penha”:

Na cara que mamãe beijou

Zé Ruela nenhum bota a mão (...)

Que eu te tasco a Maria da Penha.

Mas, Presidente, eu não lhe lasco a Lei Maria da Penha. Eu quero lhe entregar com carinho, como brisa suave, esta lei tão importante, aprovada há um ano nesta Casa.

Parabéns a todos e continuemos na luta! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Narciso Rodrigues. PSDB – MG) – Agradecemos a manifestação de carinho da ilustre Deputada Janete Pietá.

Talvez eu possa simbolizar aqui os mineiros que se opõem, naturalmente, à manifestação feita por esse Juiz de Direito de Sete Lagoas, que nega todas as tradições de liberdade de Minas, como já dito aqui pela Deputada Jô Moraes. Tenho certeza de que Minas é

muito maior do que essa manifestação infeliz e inoportuna, que apequena, inclusive, o Judiciário que ele representa. Tenho certeza também de que esse não é um pensamento majoritário do Judiciário. Quero deixar explícito aqui que Minas se revolta com essa manifestação. A indignação, manifestada por todos os oradores, mas especialmente pela nossa mineira, Deputada Jô Moraes, expressa um sentimento de repúdio de todo o Estado de Minas Gerais a essa sentença que mancha a história do Judiciário mineiro.

O próximo orador inscrito é o ilustre Deputado Neilton Mulim.

Há mais dois oradores, Neilton Mulim e Dr. Paulo César, antes de encerrarmos a presente sessão.

O SR. NEILTON MULIM (PR – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Narciso Rodrigues, representante da Secretaria das Mulheres, Sr's e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para declarar o meu apoio veemente e incondicional à Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres e a esta sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Parece-me que alguns discursos foram um tanto quanto paradoxais quanto a comemorar, a homenagear ou não. Se não houvesse violência, não teria sido criado esse dia. Portanto, diria que, na minha visão, é uma homenagem, sim, porque, a partir da iniciativa, se aflora a percepção do envolvimento da sociedade no enfrentamento da violência contra a mulher.

Esta sessão, de iniciativa da Deputada Rebecca Garcia, com certeza, nos faz refletir sobre o tema. Portanto, iniciativas como essa devem ser reiteradas e ratificadas por esta Casa como ações importantes no intuito de se debater e de se desenvolver ainda mais a busca de caminhos que venham a solucionar o tema.

Sr. Presidente, como filho de uma mãe maravilhosa, esposo de uma mulher companheira, pai da pequena Maria Clara, irmão de minhas irmãs de sangue e irmão de todas as mulheres do meu País, defendo o respeito e a dignidade a todas elas. Assim como desejamos o bem e a felicidade das mulheres que nos são caras e a quem devemos tanto, devemos acolher e lutar pela felicidade de todas elas, afinal sem elas não existiria, pelo poder de Deus, a humanidade. Por isso, não devemos esquecer essa parceria tão maravilhosa que Deus nos concedeu: parceria no lar, no trabalho, nas mais diversas comunidades, na vida.

Quero registrar minhas homenagens e divulgar um ato concreto de inserção nessa justa luta. O nosso anseio é pela erradicação da violência contra a mulher, mas para aquelas que já sofreram agressões e para aquelas que vierem a ser vítimas daqueles que não

observam a lei e o bom-senso – para os quais devemos legislar por uma justa punição –, quero dizer que sou autor do Projeto de Lei nº 123, que estabelece novas normas para o atendimento em hospitais e centros de saúde de mulheres vítimas de violência.

De acordo com a proposta, o atendimento oferecido pelo Sistema Único de Saúde deverá prever cobertura de cirurgia plástica em caso de lesões ou seqüelas resultantes de agressões físicas. O PL nº 123 prevê a formação de equipes especialistas em cirurgias plásticas, a distribuição de medicamentos durante os períodos pré-operatório e pós-operatório e o encaminhamento do paciente a clínicas especializadas se houver necessidade de complementar o tratamento.

Verificamos que a maior parte das mulheres vítimas de agressão não possuem condições socioeconômicas para realizar tratamento em caso de seqüelas, como cortes profundos e queimaduras. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo aponta que cerca de 19% das mulheres entrevistadas declararam haver sofrido algum tipo de violência, sendo que 11% afirmaram haver sofrido espancamento alguma vez na vida, com cortes, marcas ou fraturas.

O projeto procura, assim, devolver a dignidade à mulher lesionada e dar-lhe conforto psicológico e emocional.

O PL nº 123, Sr. Presidente, que poderá ser conclusivo pelas Comissões, já foi aprovado na Comissão...

(Interrupção do som.)

O SR. NEILTON MULIM (PR – RJ) – Para completar a minha fala, Sr. Presidente, eu gostaria de me dirigir às Deputadas Fátima Bezerra, Solange Almeida, Rita Camata, Jô Moraes, Ângela, Nilmar Ruiz, Vanessa, Iris Araújo, Janete, às Senadoras Rosalba, Marisa Serrano, Roseana Sarney, Lúcia Vânia, Serys, enfim, a todas as mulheres que têm dado a sua contribuição a essa luta aqui no Congresso Nacional, para dizer que este Parlamentar, com a permissão de todas as mulheres e homens que também têm lutado por essa causa, como Vicentinho e Paulo César, deseja se somar a essa causa tão justa, que é o enfrentamento à violência contra a mulher brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Como último orador inscrito, tem a palavra o ilustre Deputado Dr. Paulo César.

Queremos registrar a presença no plenário do ex-Presidente desta Casa, ilustre Deputado Michel Temer, que é também Presidente Nacional do PMDB.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr.ºs e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores aqui presentes ou que estão acessando a Internet ou sintonizando a Rádio e a TV Câmara em todo Brasil, especialmente a população do Rio de Janeiro, a quem tenho o orgulho de aqui representar: quero aqui defender a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, resultado de longos debates no Congresso Nacional e da exigência da sociedade no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Conhecida como Lei Maria da Penha, uma homenagem à mulher símbolo dessa luta, Maria da Penha Maia Fernandes, corajosa cidadã que, vítima de duas brutais tentativas de assassinato, lutou vinte anos para conseguir a condenação de seu agressor: o próprio marido.

O combate à violência contra a mulher é de grande importância social e revela a prevalência, até hoje, da cultura patriarcal e machista em nossa sociedade.

Começamos a mudar o mundo quando reacendemos nosso senso de comunidade. Faço esse apelo a todo tipo de sociedade (parlamentar, jurídica, religiosa etc.) para despertar o espírito humano em cada um de nós. E quando o espírito humano é despertado, não existe problema difícil demais para ser resolvido.

Acreditam, vencer o egoísmo desenvolve a generosidade e é trabalho para toda a vida. Plantando essas sementes, iremos ajudar as vítimas de agressão, desde cedo, a terem compromisso com a vida, fortalecendo a estrutura familiar, recuperando a dignidade, a saúde e a própria vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Michel Temer (Bloco/PMDB – SP) – Se houver tempo, Sr. Presidente, eu queria fazer um aparte.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR – RJ) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Há tempo, nobre Deputado Michel Temer.

O Sr. Michel Temer (Bloco/PMDB – SP) – Eu só queria me associar a esta solenidade, Sr. Presidente; associar-me não só no plano pessoal, mas em nome do meu partido, o PMDB. E me associo por uma razão óbvia: os últimos acontecimentos que envolvem a violência contra a mulher e, no particular, a violência contra a mulher menor – dois delitos inadmissíveis –, tornam imperativo que eu, passando pelo plenário, registre na Ata de hoje a opinião pessoal, como disse, e a opinião do PMDB. Penso eu que já tivemos, Sr. Presidente Narcio Rodrigues, uma atuação muito razoável em relação ao problema da mulher. Eu tive o prazer de ser Secretário da Segurança Pública em São Paulo nos idos de 1983, 1984, e, naquela oportunidade, recebendo delegações de mulheres que reclamavam do atendimento nas Delegacias de Polícia – naturalmente eram atendidas por homens –, eu acabei

criando uma das coisas que mais enobreceram o meu currículo, que foi a Delegacia da Mulher, algo que se fez sem nenhuma despesa, porque se cuidou apenas de colocar uma mulher Delegada, duas escrivãs e cinco ou seis investigadoras para atender as mulheres, que eram objeto da mais variada violência no Estado de São Paulo. Quando voltei a ser Secretário de Segurança – já pela segunda vez, em 1992 –, verifiquei com alegria, Sr. Presidente, que, àquela altura, havia mais de oitocentas Delegacias de Defesa da Mulher. Registro esse fato nos *Anais* da Casa para revelar que, quando o Poder Público deseja, ele se volta para a defesa da mulher. Que fique o protesto candente do PMDB e deste Deputado a esse gesto inadmissível que acontece, lamento dizer, em estabelecimentos prisionais, em cadeias públicas do nosso País. Essa questão teve uma repercussão internacional e, por isso, deve merecer, como está merecendo no dia de hoje, mais uma vez, uma sessão de apoio à mulher, digamos assim – se é que a mulher precisa de apoio –, e especialmente contra a violência que grassa contra as mulheres em nosso País e, lamentavelmente, em alguns outros países do mundo. Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Agradecemos a participação de V. Ex^a e queremos dizer que a instituição das Delegacias da Mulher se constituíram num instrumento eficaz no combate à violência contra a mulher e se transformaram numa grande conquista dessa luta.

Passamos a palavra à Deputada Gorete Pereira.

A SRA. GORETE PEREIRA (PR – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – É importante esta sessão solene de hoje, mas eu acredito firmemente que ainda haverá um dia em que nós não vamos mais precisar fazer uma reunião aqui para falar sobre a violência contra mulher.

Como contribuição, quero dizer que existe uma lei do Estado do Ceará que estabelece que todos os municípios com mais de sessenta mil habitantes devem ter uma Delegacia da Mulher. Entretanto, há muita dificuldade para a implantação dessa lei, que já deveria estar implementada em todo o Brasil – e já estamos providenciando isso em nível federal.

Também gostaria de manifestar o meu repúdio àquela delegada de Belém do Pará, que, embora sendo uma mulher, concordou com a prisão da menina de quinze anos. Quer dizer, a violência de uma mulher contra outra mulher. Deixo, então, nesta sessão, registrado esse meu repúdio para essa pessoa, que, hoje, vem aos meios de comunicação para dizer que não sabia que a menina era menor de idade. Ora, Sr. Presidente, sabendo ou não, simplesmente por ser uma

mulher, ela precisaria de uma delegacia própria para o atendimento à mulher, algum albergue ou alguma coisa que contribuísse com a sua vida realmente.

Portanto, gostaria de, parabenizando pela iniciativa desta sessão, deixar registrado o meu repúdio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Ilustre Deputado Vicentinho, é de V. Ex^a a última intervenção.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Desejo apenas parabenizá-lo, porque V. Ex^a, homem, Presidente do Congresso, Vice-Presidente desta Casa, predispos-se a ficar aqui no começo, meio e fim.

Lamento que os Deputados desta Casa não estivessem aqui para ouvir as palavras serenas, fortes e carregadas de dignidade, como as da companheira Janete Rocha Pietá e outras Deputadas. Só lamento isso.

Parabéns!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Da mesma forma V. Ex^a, que também prestigiou esta sessão. Tenho certeza que todos nós que o fizemos saímos enriquecidos no nosso conhecimento sobre essa luta e fortalecidos nos objetivos que seguimos aqui na Casa: ter um País que ofereça oportunidades a todos.

Embora estejamos encerrando esta sessão neste momento, quero dizer que hoje à tarde, no Salão Nobre, às 18 horas, teremos o lançamento desse livro muito importante sobre os direitos da mulher.

Também queria dizer à Deputada Janete, que hoje falou poeticamente – falou da brisa, da tempestade e da ventania –, da importância dessa luta, que a nossa expectativa é no sentido de que a ventania das nossas preocupações nos leve realmente a uma brisa que promova não só a cidadania, mas também a justiça social para todo o País.

Antes de encerrar a sessão, a Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, diplomáticas, eclesiásticas, a presença da cantora Di Ribeiro e de Wagner Wilton. Penso que deveríamos decretar aqui que toda sessão deve começar com uma música para poder nos inspirar em relação aos nossos trabalhos.

Que Deus nos ilumine!

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – O Sr. Congressista Neilton Mulim enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. NEILTON MULIM (PR. – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, venho a esta tribuna para declarar meu apoio incondicional à Campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, e à esta Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

Como filho de uma mãe maravilhosa, esposo de uma mulher companheira, pai da pequena Maria Clara, irmão de minhas irmãs de sangue e irmão de todas as mulheres de meu país, defendo o respeito e a dignidade a todas elas. Assim como desejamos o bem e a felicidade das mulheres que nos são caras e a quem devemos tanto, devemos acolher e lutar pela felicidade de todas elas, afinal sem elas não existiriam, pelo poder de Deus, a humanidade. Por isso, não devemos esquecer essa parceria tão maravilhosa que Deus nos concedeu. Parceria no lar, no trabalho, nas mais diversas comunidades, na vida.

Quero registrar minhas homenagens e divulgar um ato concreto de inserção nessa justa luta. O nosso anseio é pela erradicação da violência contra a mulher, mas para aquelas que já sofreram agressões e para aquelas que vierem a ser vítimas daqueles que não observam a lei e o bom senso – para os quais devemos legislar por uma justa punição – quero dizer que sou autor do Projeto de Lei 123/2007, que estabelece novas normas para o atendimento, em hospitais e centros de saúde, de mulheres vítimas de violência. De acordo com a proposta, o atendimento oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) deverá prever cobertura de cirurgia plástica em casos de lesões ou seqüelas resultantes de agressão física.

O PL 123/2007 prevê a formação de equipes de especialistas em cirurgia plástica; a distribuição de medicamentos durante os períodos pré-operatório e pós-operatório; e o encaminhamento do paciente a clínicas especializadas, se houver necessidade de complementar o tratamento.

Verificamos que a maior parte das mulheres vítimas de agressão não possui condições socioeconômicas para realizar tratamento em casos de seqüelas,

como cortes profundos e queimaduras. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, aponta que cerca de 19% das mulheres entrevistadas declararam haver sofrido algum tipo de violência, sendo que 11% afirmaram haver sofrido espancamento alguma vez na vida, com cortes, marcas ou fraturas. O projeto procura, assim, devolver a dignidade à mulher lesionada e dar-lhe conforto psicológico e emocional.

O PL 123/2007, que poderá ser conclusivo pelas Comissões, já foi aprovado, em 19 de junho deste ano, na Comissão de Seguridade Social e Família; onde contamos com o Parecer favorável do Deputado Leandro Sampaio. Hoje encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação com Parecer pela aprovação da Deputada Luciana Genro – com pedido de vistas do Dep. João Magalhães, que esperamos apóie sua aprovação -. Em seguida, irá para a Comissão de Constituição e Justiça e depois para o Senado Federal. Peço o apoio de toda esta Casa e do Senado para que avancemos em tão importantes conquistas e reparos, pois, apesar de haver legislação em defesa das mulheres que sofreram abusos, esse projeto preenche uma lacuna importante.

Sr. Presidente, parabenizo a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização de tão relevante evento, a todos que aderiram e somaram forças e ações efetivas. E conclamo meus nobres pares, todo o Congresso Nacional e o povo do nosso País para fazermos valer as leis de proteção às mulheres.

Finalizando, como diz o preâmbulo da Constituição Federal e as palavras regimentais de abertura das Sessões desta Casa: que exerçamos nossos papéis de legisladores nesta causa “Sob a Proteção de Deus”, para que todos os dias sejam dias da não violência contra as mulheres.

Muito obrigado a todos.

Solicito a publicação deste discurso no programa a Voz do Brasil e nos meios de comunicação social.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues. PSDB – MG) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 32 minutos.)

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETARIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (13 titulares e 13 suplentes)
 (Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
 Presidente: Arnaldo Niskier
 Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como uma reunião da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art.31, § 5º, do Regimento Interno do CCS.)

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 1º 10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



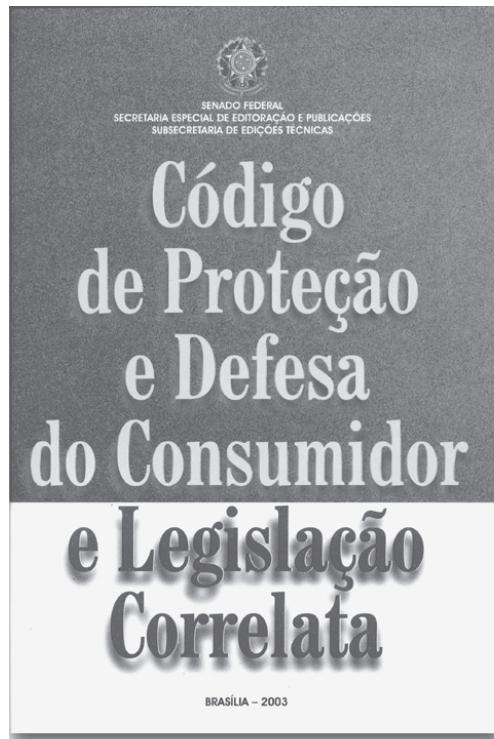
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

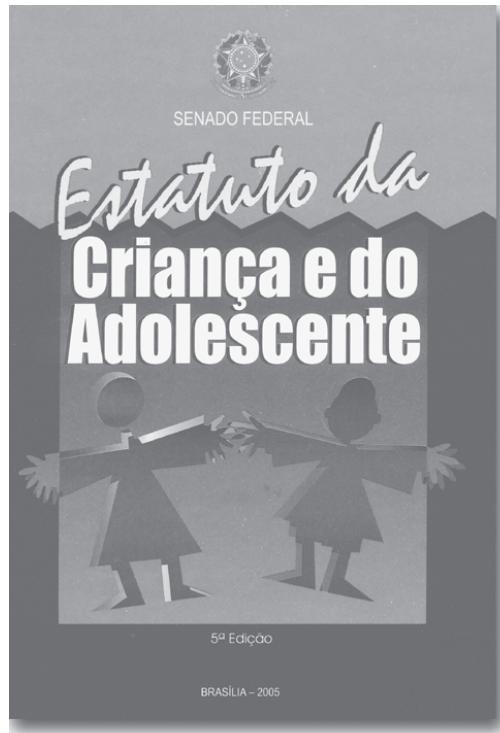
- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



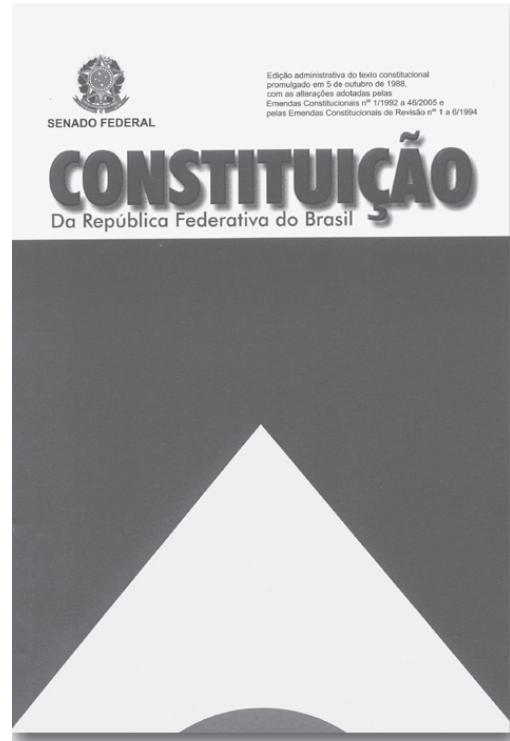
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Edição e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo livro)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, o texto integral das Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e das demais emendas constitucionais e índice temático.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS